

ANÁLISE DO COTIDIANO DA CIDADE DE JOÃO PESSOA PELO VIÉS DA IMAGEM FOTOGRAFICA

Rafaella Monique C. de Souza

Graduanda em História (UFPB).

rafaella_monique@hotmail.com

Shirley Daiana F. de Oliveira

Graduação em História
(UFPB). Pós-graduanda em
História do Brasil e da Paraíba
(FIP). shirleydf@gmail.com

A vida citadina, segundo Certeau, é exaltada há muito tempo pelos seus primeiros idealizadores na renascença, responsáveis pelo mito racional de que a cidade é sinônimo de bem-estar e de civilização, o ambiente mais adequado para se viver com “dignidade e conforto”.

Atualmente, os estudos voltados para o tema cidade estão cada vez mais variados, podendo ela ser percebida não apenas pela ótica da civilização, da economia e/ou da política, mas também de seus aspectos materiais e simbólicos, por sua tradição e modernidade, pelos seus gestos e relatos, por seus espaços visíveis e invisíveis, mostrando que, a partir da história cultural, podem existir diversos prismas de abordagem sobre o tema cidade. Neste estudo será feito uma análise do cotidiano da cidade de João Pessoa/PB, especificamente o centro histórico e comercial, através de fotografias em que foram registradas as práticas de diversos sujeitos que se utilizam dos espaços urbanos públicos como uma forma de sobrevivência, subsistência e expressão, ao mesmo tempo em que driblam e resistem às imposições de um conceito utópico de cidade planejada, produzido a partir de um discurso político-urbanístico.

Esses sujeitos, “praticantes ordinários da cidade” (CERTEAU, 1994), usam e consomem determinados espaços urbanos dando lhes novas funções e significações que muitas vezes passam despercebidas pelos habitantes da cidade. Portanto, é nesse cenário – de apropriação e (re)significação do espaço urbano, de conflito entre quem administra a cidade e quem a vive no seu dia-a-dia – que será analisado, através de registros fotográficos, o cotidiano da parte central de João Pessoa, objetivando fazer com que esses sujeitos ativos deixem de ser invisíveis e passem a ser percebidos de um outra forma tanto pelos gestores da cidade como pela sociedade em geral.

A imagem fotográfica como fonte documental para o historiador

A imagem fotográfica é ainda um recurso pouco explorado pelos historiadores contemporâneos. Apesar dos mesmos reconhecerem que se pode trabalhar com uma infinidade de fontes documentais, priorizam ainda o uso da fonte escrita em prejuízo da fonte visual.

Novas perspectivas documentais vêm sendo postas e discutidas aliadas a mudança de uma visão tradicional da história que, nos séculos XIX e XX, acreditavam no uso apenas de documentos escritos, mesmo que, os fundadores da Revista dos Annales em 1929, Lucien Febvre e March Bloch, já pressentissem a necessidade da utilização de outros meios, quando os documentos não eram suficientes, para a devida ampliação do objeto estudado.

Dentro desta nova leitura documental, encontramos nas imagens, representações, pedaços de uma realidade que parece petrificada em uma determinada época, que nos chama a entrar num universo que não é o nosso, mas que por segundos, parece ser. A imagem que aqui nos interessa é a fotográfica, percebendo-a como uma ponte, um meio de auxílio do historiador e o momento que se quer analisar, a época em que se deseja debruçar-se e assim promover sua (re)construção.

A fotografia nos aparece como uma “entidade misteriosa que faz nos sentirmos perto de alguém que nunca vimos ou termos familiaridade com lugares onde nunca passamos” (MENEZES, 1996, p. 84-85). Deparamos-nos assim, com a ilusão de estarmos na presença de algo que já passou. É o que Menezes chama de re-presentificação de coisas, pessoas e/ou lugares. Ou seja, do mesmo modo que nos coloca diante de uma falsa presença, ressaltando assim, sua ausência, produz a sensação de que o tempo está paralisado, fazendo com que quando olhemos para a imagem, percebamos que na verdade, o tempo flui sem que nada possamos fazer. É como um duplo sentido: traz-nos um momento passado, mas que parece presente, no mesmo instante em que traz o sentimento de que o tempo flui, e só flui porque ligado ao passado e, conseqüentemente, à memória.

Nesta percepção de que a imagem que a fotografia revela está distante no tempo ou no espaço – mas num tempo e espaço que possuem um sentido – impõe-se uma dificuldade ao historiador, sendo esta desvendar o “que não foi revelado pelo olhar fotográfico” (CARDOSO e MAUAD, 1997, p. 405). O historiador realiza o trabalho de inseri-la numa espécie de pano de fundo, que é ao mesmo tempo, cultural e espacial; o que se queria mostrar naquela imagem, com aquela imagem, o que se queria passar para as gerações futuras daquele momento encerrado na fotografia, deixando à mostra que a imagem passa um “sentido individual, de escolha (...), e também coletivo, que remete o sujeito à sua época” (CARDOSO e MAUAD, 1997, p. 406).

Percebe-se assim, que a imagem fotográfica, como também outras fontes historiográficas, exige um diálogo incessante do historiador com seu objeto de estudo, e que pode não ser a

representação fiel do que está sendo observado, pois passíveis de serem adulteradas como qualquer outro documento. No entanto, o fascínio da fotografia recai justamente na certeza do que se apresenta ao nosso olhar, pois o que está contido numa fotografia é um objeto existente e não fruto da imaginação do produtor.

Contudo, apesar de passíveis de simulação ou engano, a fotografia é importante por, como vem sendo explorado ao longo do texto, nos rememorar ao passado, trazer este passado de volta, tendo, portanto, um significado cultural de uma determinada época. A fotografia assim, também será percebida como propagadora da memória de uma sociedade, multiplicando-a e democratizando-a, guardando a memória do tempo e da evolução cronológica (LE GOFF, 2003, p. 460), ou seja, na medida em que guarda o passado, serve ao presente e ao futuro.

Quando nos referimos à fotografia como algo que guarda o passado, o petrifica, percebe-se que a imagem ali encerrada na foto nos traz à memória uma espécie de passado recuperado, um tempo perdido que inevitavelmente, passa uma mensagem que se propaga através do tempo.

Transmissora de elementos do passado, a fotografia entrará no hall de fontes utilizadas pelo historiador, exatamente por possibilitar a descrição detalhada dos mais diferenciados aspectos materiais, desde a arquitetura à vestimenta, por exemplo, tanto no meio urbano quanto no rural. Esta leitura da imagem que permite compreender os elementos constituintes da sociedade de uma determinada época, a coloca num plano documental ou de imagem/documento, e ainda como imagem/monumento, quando se busca a análise dos elementos proporcionados na fotografia inseridos num determinado tempo e espaço, que revelará aquilo que a sociedade queria propagar de si mesma (CARDOSO e MAUAD, 1997, PP. 406-407).

A fotografia, portanto, possui uma variedade de signos que se relacionam ao espaço e ao tempo observados pelo olhar histórico. E neste sentido, ela será diferenciada de uma lembrança, memória ligada a um núcleo mais restrito, como uma família, e enquanto mensagem que processará significados que se referem à própria composição da imagem, como “um legado à memória coletiva” (LE GOFF, 2003, p. 526). A escolha do que será fotografado, dos recursos utilizados, de quem fotografou, nos remonta a possibilidade de ficarmos diante da “presença” de comportamentos, de determinantes sociais relativos a uma época.

A imagem fotográfica produz uma estranha familiaridade com o que nos é mostrado, com o que observamos, causando uma falsa impressão de que conhecemos o que olhamos há muito tempo. A fotografia surge como uma “evocação do passado no presente” e o que é evocado “não é apenas algo que passou. É, principalmente, algo que fizemos” (MENEZES, 1996, p. 101).

Refletir sobre a imagem fotográfica e o que ela pode nos trazer, é uma maneira de compreender o fluxo da história no qual estamos inseridos.

O cotidiano da cidade de João Pessoa e seus praticantes ordinários

“Onde o homem passou e deixou marcas de sua vida e inteligência, aí está a História”.
(Jacques Le Goff).

João Pessoa, capital do estado da Paraíba, é considerada a terceira cidade mais antiga do Brasil, com seus 423 anos de fundação. Sua população atinge cerca de 693.082 habitantes. Diferentemente das demais cidades, João Pessoa, apesar de ser uma cidade banhada pelo Oceano Atlântico, nasceu nas margens de um rio, Sanhauá, para só depois se expandir rumo à orla marítima. A parte central, nas proximidades do rio, onde se gerou a cidade, é hoje um dos pontos mais visitados pelos turistas devido às suas encantadoras construções antigas que carregam consigo a história da cidade pessoense. O centro, no seu cotidiano, é o espaço mais movimentado devido à grande atração do seu comércio formal e informal, além de também concentrar aí os principais órgãos administrativos da cidade.

Nesse cenário, configurado pelas mais diversas cenas e personagens, é onde podemos enxergar, entre seus caminhantes, indivíduos que no dia-a-dia parecem invisíveis diante da urbanização, da correria e das agitações citadina. Estes, aos que Certeau se referiu como os “praticantes ordinários da cidade”, são indivíduos que no cotidiano dão novos sentidos aos espaços urbanos (re)criando, através de seus usos e práticas nos espaços, uma cidade que se apresenta além do conceito utópico da Cidade-Conceito – planejada e limpa – idealizada pelos seus gestores e empresários.

Mas “embaixo” (*down*), a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, *Wandersmanner*, cujo corpo obedece aos cheiros e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se vêem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso. (CERTEAU, 1994, p. 171).

A cidade instaurada pelo discurso utópico urbanístico é definida pela possibilidade da produção de um espaço próprio, de um não-tempo e da criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade (CERTEAU). Desta forma, podemos perceber, de acordo com

Foucault (1979), a ação do poder, como microfísico e perpassando todas as esferas da vida social, evidenciando que as práticas dos caminhantes ordinários da cidade – as pessoas que praticam e vivem a cidade no seu dia-a-dia e que a desarruma através de suas performances – constituem-se em ações políticas. Um jogo de poder entre quem administra a cidade e quem a vive no seu cotidiano. Neste ponto de conflito, configuram-se constrangimentos, repressões e resistências na forma de práticas no espaço que vão desde invasões para moradia até ocupações de ruas e calçadas da cidade por camelôs, a fim de vender suas mercadorias contrabandeadas.

Deslocando o olhar panóptico para o olhar minucioso do voyeur. Foi assim que os sujeitos ordinários da parte central da cidade de João Pessoa surgiram e foram registrados através das imagens capturadas pelas lentes fotográficas, deixando de serem invisíveis para protagonizarem mais um estudo sobre o espaço ocupado e consumido por eles mesmos. Sujeitos que abandonam o coletivo e assumem suas individualidades a fim de sobreviver, trazendo à tona as falhas de um sistema que de tanto se organizar acaba gerando certa desorganização. Sujeitos estes que inventam o cotidiano através do que Certeau chama de “artes de fazer”, de “astúcias sutis” e de “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos – da Cidade-Conceito – e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um.

A área central da cidade de João Pessoa cada vez mais é representada como um lugar de passagem. As pessoas vão ao Centro para fazer compras, ou passam pela região apenas para ir ou vim do trabalho. Raros são aqueles que no dia-a-dia passeiam pelo Centro ou caminham nesta região dando maior atenção às suas características e particularidades. A sua dimensão como espaço público, de encontro e convívio social tem passado despercebida daqueles que pensam a cidade e principalmente dos agentes que projetam e implementam políticas públicas.

Foi, então, pensando em realizar um estudo sobre os praticantes “invisíveis” da cidade que realizamos uma caminhada pelo Centro de João Pessoa, onde foram feitos alguns registros fotográficos em que pudemos observar de perto o cotidiano de alguns indivíduos que se utilizam dos espaços públicos – praças, calçadas, parques, sinais de trânsito e pontos turísticos em geral – como um recurso de subsistência. Comerciantes ambulantes, prostitutas, engraxates, lavadores de carro, vendedores em sinais, etc. Todos estes, dando novas funções aos espaços públicos da cidade. Espaços esses que foram criados pelo sistema urbanístico com apenas uma finalidade: calçadas para os pedestres caminharem; praças para o lazer e para o embelezamento da cidade; sinais para a disciplina no trânsito, entre outros.

Observando esses sujeitos, caminhantes ordinários da cidade, pudemos notar a (re)significação e (re)apropriação que eles vão dando ao espaço – burlando e resistindo ao

discurso da cidade “configurada” por um sistema político-urbanista imposto pelos gestores da cidade – à medida que vão criando e praticando costumes e regras inventadas por eles mesmos.

Tanto nas calçadas, como nas praças e em seus arredores registramos diversas cenas que demonstram o cotidiano desses praticantes da cidade de João Pessoa. Na praça pública, assim como em suas adjacências, registramos um cenário que revela vários indivíduos que se aproveitam da movimentação do dia-a-dia no espaço a fim de sobreviverem, ao mesmo tempo em que vão dando uma nova utilização aos espaços vazios da cidade. Como o vendedor de flores; o fotógrafo (fig. 01) e o lavador de carros (fig. 02).



Fig. 01. Fotógrafo.



Fig. 02. Lavador de carros.

As mulheres de programa que se utilizam das praças para atraírem seus clientes e até mesmo outros que utilizam os muros da cidade como se fossem grandes telas onde eles podem expressar suas artes e suas críticas para a sociedade. Além de cenas que constantemente insistem em desconfigurar a paisagem do progresso e da tecnologia, como a família que utiliza para se locomover uma carroça puxada por um cavalo (fig. 03) em meio ao apressado e agitado trânsito da cidade



Fig. 03. Família se locomovendo de carroça.

Caminhando mais à frente, no Parque Solon de Lucena (Lagoa), pudemos observar muitos vendedores ambulantes que circulam o parque ou se utilizam de um espaço da calçada (camelôs) para expor e vender suas mercadorias (fig. 04) que vão desde os dvd's piratas até os acessórios como óculos, brincos, relógios, etc, contribuindo, assim, para a formação de um cenário diversificado que passa a fazer parte do cotidiano no Centro de João Pessoa, atraindo todos os dias centenas de pessoas que tanto vão ao centro para trabalhar como exclusivamente para consumir os produtos desses sujeitos ordinários praticantes da cidade.



Fig. 04. Mercadoria de camelôs expostas nas calçadas.

Enfim, fazer o papel de voyeur enquanto caminhamos pela região central da cidade de João Pessoa é de grande importância à medida que esse ato nos estimula a ter um novo olhar sobre a cidade e seus habitantes. Um olhar capaz de fazer uma leitura diferente do cotidiano daqueles sujeitos que ganham o seu sustento consumindo, (re)criando e (re)significando os espaços públicos das cidades. Faz-nos também enxergar além de um centro histórico, ou seja,

não só as belíssimas construções antigas, mas principalmente aquelas pessoas que vivem e utilizam no dia-a-dia esses espaços dando-lhes constantemente novas funções e (re)inventando um novo cenário para ser enxergado e analisado.

Referência bibliográfica:

Textual:

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Trad. Diogo Mainard. Rio de Janeiro: O Globo. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003, p. 46.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). Cap. 18 “Historia e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema”. In: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. “Caminhadas pela cidade”. In: **A invenção do cotidiano: 1- Artes de Fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p.169-191.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 15-37.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LE GOFF, Jacques. **Historia e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al.] Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

MENEZES, Paulo Roberto Arruda de. **Cinema: imagem e interpretação.** Tempo social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 8(2): 83-104, 1996.

Internet:

http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF%209/ArtCultura%209_dosse.pdf

http://www.compos.org.br/data/biblioteca_196.pdf